



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA (26ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi;
secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano dois mil e dezessete, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi; secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto, a Vigésima Sexta (26ª) Sessão Ordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 25 de agosto de 2017. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), Gérson Luiz Rossi Júnior (06), Jorge Setoguchi (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Roberto De Souza Leite (09), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (10), Marcos Antônio Franco (11), Maria Helena Scudeler de Barros (12), Moacir Genuario (13), Orivaldo Aparecido Magalhães (14), Samuel Nogueira Cavalcante (15), Sônia Regina Rodrigues (16) e Tiago César Costa (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Geraldo Vicente Bertanha, para que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Quarta (4ª) Sessão Extraordinária, realizada em 03 de julho de 2017, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi, devidamente, assinada pelos Vereadores Jorge Setoguchi e Cristiano Gaioto, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Neste instante, solicitou uso da palavra, *Questão de Ordem*, a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando, conforme prevê o Artigo 184, § 4º, XII, do Regimento Interno, *aceitação para inserir propositura de sua autoria, Moção nº 228/2017, fora do prazo regimental*, o que foi aprovado, unanimemente, pelo plenário. Na sequência, o senhor Presidente, deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 90, de 2017, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado de Mensagem nº 62/2017, datada de 21/08/2017, objeto do Ofício nº 62/2017, de igual data, “autorizando a empresa Felmath Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. a locar imóvel objeto da licitação autorizada pela Lei Municipal nº 5.003/2010”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme Artigo 49, § 1º do Regimento Interno); 2. Projeto de Lei nº 91, de 2017, de autoria da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, “instituído e regulamentando normas, para a realização de festas e eventos, no Município, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 92, de 2017, de autoria da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, “dispondo sobre a alteração de dispositivos da Lei Municipal nº 5.073, de 18 de março de 2011, que dispôs sobre a proteção ao bem-estar e ao sossego público”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Decreto Legislativo nº 07, de 2017, de autoria do Vereador Moacir Genuario e outros, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano, ao Pastor Nélio Alves da Silva”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ainda com o Ofício nº 62/2017, o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, solicitou fosse o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 90/2017 apreciado em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54 da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento Nº 538/2017 - Assunto: REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NO DIA 21/09/2017, PARA EXPLANAÇÃO SOBRE “A ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DOS VALORES DA CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CIP”. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 540/2017 - Assunto: REITERO a indicação de nº 948 – aprovado em junho/2017 – que trata da troca de lâmpadas. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Requerimento Nº 541/2017 - Assunto: Requeiro ao Sr. Prefeito Municipal informações sobre o funcionamento do programa do Governo Federal “Identidade Jovem”, em Mogi Mirim, que beneficia jovens com meia entrada a eventos culturais, transporte interestadual e gratuidade na inscrição do ENEM. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Requerimento Nº 542/2017 - Assunto: Solicito informações ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, acerca da viabilidade de atendimento da indicação nº 1049/2017, objetivando estudos e providências para implantação de lombada entre a Rua Marciliano, com a Rua Prof. Antônio Galvão Cotrim, Centro. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 543/2017 - Assunto: Requeir-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno por intermédio da Secretaria competente, para que faça a adesão ao Plano de Mobilidade Urbana do Governo Federal Lei 12.587/2012, para cadastramento de verba no Ministério das Cidades de até R\$ 4.900.000,00. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA, MOACIR GENUARIO. Requerimento Nº 544/2017 - Assunto: Reitero informações do Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno: se há intenção de contratar Bombeiros neste ano e se fará previsão nas leis orçamentárias para novas contratações no próximo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ano. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 545/2017 - Assunto: REQUEIRO AO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE TRANSPORTE, INFORMAÇÕES SOBRE QUAIS PUNIÇÕES FORAM APLICADAS À EMPRESA BENFICA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO DE TRANSPORTE PÚBLICO. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Requerimento Nº 548/2017 - Assunto: REQUER AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, INFORMAÇÕES REFERENTES AOS ATENDIMENTOS NO BEA Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Requerimento Nº 549/2017 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 204/2017 QUE SOLICITAVA OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA MOIZES BENTO MORETTO, NO PARQUE DAS LARANJEIRAS. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 550/2017 - Assunto: Requer informações ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno: viabilidade de previsão nas leis orçamentárias, PPA, LDO e LOA, de dotação orçamentária maior ao Corpo de Bombeiro Municipal ante as necessidades básicas da corporação e falta de investimentos de anos. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 551/2017 - Assunto: REQUER DO EXECUTIVO MUNICIPAL O ENVIO DE INFORMAÇÕES A RESPEITO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Requerimento Nº 552/2017 - Assunto: SOLICITO CÓPIA DO CONTRATO DO CONSÓRCIO CEMMIL PRO ESTRADA E INFORMAÇÕES A RESPEITO Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Requerimento Nº 553/2017 - Assunto: REQUER DO EXECUTIVO MUNICIPAL O ENVIO DE INFORMAÇÕES A RESPEITO DA MERENDA ESCOLAR FORNECIDA PELO MUNICIPIO AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA. Autoria: MARIA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

HELENA SCUDELER DE BARROS. Requerimento Nº 554/2017 - Assunto: Requeiro informações do Executivo acerca dos lotes comerciais e industriais pertencentes a municipalidade que tiveram suas alienações autorizadas pelas seguintes Leis Municipais: 5.003/2010; 4.345/2007; 5.220/2012; 5.038/2012; 5.315/2012; 5.616/2014; 5.617/2014 e 5.671/2015. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 555/2017 - Assunto: Requeiro informações do Executivo sobre a aplicação de tratativas acerca da Lei nº 5.912/2017 no tocante à divulgação no Portal da Prefeitura de formas de doação às entidades de nosso município. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 556/2017 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO Nº1033 DE 2017 EM QUE SOLICITO AO SR. PREFEITO CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO DA PRAÇA TIRADENTES, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA CRUZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Requerimento Nº 558/2017 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 204/2017 QUE SOLICITAVA OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA AVENIDA PADRE JOÃO VIEIRA RAMALHO, NO JARDIM 31 DE MARÇO. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 559/2017 - Assunto: REQUER AO EXMO. PREFEITO CARLOS NELSON OU A SECRETARIA COMPETENTE, SE HÁ LICITAÇÃO ABERTA OU PEDIDO DE COMPRA DOS TUBOS PARA COMPLETA COLETA DE SANGUE. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação Nº 1187/2017 - Assunto: SOLICITA ESTUDOS PARA IMPLANTAÇÃO DE DISPOSITIVOS DE REDUÇÃO DE VELOCIDADE NA RUA MARCILIANO, CRUZAMENTO COM A RIACHUELO. Autoria: MARCOS ANTONIO FRANCO. Indicação Nº 1188/2017 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno por intermédio da Secretaria competente, que seja



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

realizada a manutenção nas luminárias das salas de aula da EMEB “Profª Regina Maria Tucci de Campos”, Jardim Santa Cruz. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA. Indicação Nº 1189/2017 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito, Carlos Nelson Bueno: estudos para implantação/construção de uma Base devidamente estruturada para o Bombeiro Municipal em área central do município. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 1190/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO A INSTALAÇÃO DE LIXEIRAS ESPALHADAS PELO CENTRO DO MUNICÍPIO. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 1191/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE RECUPERAÇÃO NO MEIO FIO NA RUA ARTHUR JULIANI, NO EUGÊNIO MAZON (CDHU). Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 1192/2017 - Assunto: SOLICITA AO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS, PARA QUE SEJA REALIZADA A PASSAGEM DE MÁQUINA PATROL E A LIMPEZA DO LEITO CARROCÁVEL NA RODOVIA SETIMO BIAZOTTO, MOGI MIRIM – SP. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Indicação Nº 1193/2017 - Assunto: SOLICITA AO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS, PARA QUE SEJA REALIZADA MELHORIA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA FERREIRA LIMA, MOGI MIRIM – SP. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Indicação Nº 1194/2017 - Assunto: SOLICITA AO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS, PARA QUE SEJA REALIZADA LIMPEZA DO LEITO CARROÇAVEL E RETIRADA DOS ENTULHOS EM TODA EXTENSÃO DA AVENIDA LUIZ GONZAGA DE AMOEDO CAMPOS, MOGI MIRIM – SP. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Indicação Nº 1195/2017 - Assunto: SOLICITA AO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS, PARA QUE SEJA REALIZADA LIMPEZA DO LEITO CARROÇÁVEL E RETIRADA DOS ENTULHOS EM TODA EXTENSÃO DA RUA FERREIRA LIMA, MOGI MIRIM – SP. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Indicação Nº 1196/2017 - Assunto: SOLICITA AO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS, PARA QUE SEJA REALIZADA LIMPEZA DO LEITO CARROÇÁVEL E RETIRADA DOS ENTULHOS EM TODA EXTENSÃO DA RUA JOÃO CARLOS DA CUNHA CANTO, MOGI MIRIM - SP. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Indicação Nº 1197/2017 - Assunto: SOLICITA AO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS, PARA QUE SEJA REALIZADA LIMPEZA DO LEITO CARROÇÁVEL E RETIRADA DOS ENTULHOS EM TODA EXTENSÃO DA RUA PROFESSORA ALAYDE SILVA DE MELLO, MOGI MIRIM – SP. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Indicação Nº 1198/2017 - Assunto: SOLICITA AO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS, PARA QUE SEJA REALIZADA OPERAÇÃO TAPA BURACO EM TODA EXTENSÃO DA RUA JOÃO CARLOS DA CUNHA CANTO, MOGI MIRIM - SP. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Indicação Nº 1199/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATO SERVIÇO DE CASCALHAMENTO NA RUA JOSÉ NEVES DE SOUZA JUNIOR, LOCALIZADA NO BAIRRO CHÁCARAS SOL NASCENTE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 1200/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

IMEDIATA IMPLANTAÇÃO DE DISPOSITIVO REDUTOR DE VELOCIDADE NA RUA FÁTIMA VOMERO BACAR, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM PATRÍCIA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 1201/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, JUNTAMENTE COM A SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO E MELHORIAS NA ESTRADA MUNICIPAL RURAL DO GABRIELZINHO (MMR-287), COM RELAÇÃO AOS PONTOS CRÍTICOS NO PAVIMENTO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 1202/2017 - Assunto: SOLICITO AO EXECUTIVO MUNICIPAL REPAROS NA CAMADA ASFALTICA DA RUA DR. ROSENDO RODRIGUES DO PRADO – VILA SÃO JOSÉ. Autoria: LUIZ ROBERTO DE SOUZA LEITE. Indicação Nº 1203/2017 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria de Obras, Habitação e Serviço: providências para viabilizar a troca de lâmpadas queimadas. Autoria: LUIZ ROBERTO DE SOUZA LEITE. Indicação Nº 1204/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, JUNTAMENTE COM A SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO E MELHORIAS NA ESTRADA MUNICIPAL RURAL BONFLÍGIO DAVOLI (MMR-264), COM RELAÇÃO AOS PONTOS CRÍTICOS NO PAVIMENTO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 1205/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO NA RUA HILÁRIO BATAGLINI, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 1206/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO NA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

LUCINDA BRASI BRANDÃO, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM INOCOOP. Aatoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 1207/2017 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal através de Secretaria Municipal competente a imediata manutenção da iluminação pública à Rua Genésio Gabriel Armeline, 99, Jardim Paulista. Aatoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 1208/2017 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal através de Secretaria Municipal competente que realize manutenção e operação "Tapa Buraco" em toda extensão da Rua Eurico Carvalho, Jardim Flamboyant. Aatoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 1209/2017 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria de Obras, Habitação e Serviços: análise e providências quanto à implantação dos bueiros na Rua Benedito Alves Paulino, Bairro Santa Luzia. Aatoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 1210/2017 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria de Obras, Habitação e Serviços: providências para roçagem, limpeza, retirada de lixos e entulhos nas áreas verdes, localizadas na Rua Benedito Alves Paulino, Bairro Santa Luzia. Aatoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 1211/2017 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal através de Secretaria Municipal competente a recuperação e manutenção da estrada Amador Jorge da Siqueira Franco, sentido Sítio Mata da Chuva. Aatoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção Nº 223/2017 - Assunto: **MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS PARA A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI MIRIM E LOJAS MAÇÔNICAS FRANCISCO CARDONA, CONSELHEIRO RAMALHO E HUMANISMO PELA REALIZAÇÃO DA 1ª**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

CORRIDA E CAMINHADA DO BEM Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA, ALEXANDRE CINTRA, ANDRÉ ALBEJANTE MAZON, CINOÊ DUZO, CRISTIANO GAIOTO, GERALDO VICENTE BERTANHA, GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR, JORGE SETOGUCHI, LUIS ROBERTO TAVARES, LUIZ ROBERTO DE SOUZA LEITE, MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO, MARCOS ANTONIO FRANCO, MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS, MOACIR GENUARIO, ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES, SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE, SÔNIA REGINA RODRIGUES. Moção Nº 224/2017 - Assunto: MOÇÃO DE APOIO À INICIATIVA DO DEPUTADO ESTADUAL JORGE CARUSO PELA AUTORIA DO PROJETO DE LEI 718/2017, QUE EM SUA REDAÇÃO TRAZ À ESFERA DA LEGALIDADE A MANUTENÇÃO DE CADASTRAMENTO DAS DOAÇÕES, CONTRARIANDO A BUROCRACIA PROPOSTA PELA SECRETARIA DA FAZENDA NA RESOLUÇÃO SF 18, DE 09 DE MARÇO DE 2017. Autoria: MOACIR GENUARIO, TIAGO CÉSAR COSTA. Moção Nº 225/2017 - Assunto: MOÇÃO DE APOIO para que se officie o Ministério do Trabalho - Superintendência S.P., no sentido de que a agência ao Trabalhador à Rua Ulhôa Cintra continue em nossa cidade. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Moção Nº 226/2017 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS À VIDRAÇARIA ROSSI, PELA INICIATIVA DE DOAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O TIRO-DE-GUERRA 02023 DE MOGI MIRIM. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Moção Nº 227/2017 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AO CLUBE MOGIANO, PELA BRILHANTE APRESENTAÇÃO DE “UM PIANO EM DUETO”, QUE OCORREU NO DIA 19 DE AGOSTO, NA SEDE SOCIAL DO CLUBE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Moção nº 228/2017 Assunto: MOÇÃO DE APOIO COM O TENENTE CORONEL RICARDO AUGUSTO NASCIMENTO DE MELLO ARAÚJO PELA SUA PERMANENCIA JUNTO AO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

COMANDO DAS RONDAS OSTENSIVAS TOBIAS AGUIAR (ROTA). AUTORIA: Maria Helena Scudeler de Barros e outros. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios n.ºs. 824, 825, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 851, 852, 853, datados de 18, 21, 22 e 23 de agosto de 2017, todos subscritos pelo Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, Senhor José Augusto Francisco Urbini, respondendo a respeito do Indicação n.º 986/2017; Requerimento n.º 476/2017; Indicação n.º 108/2017; Requerimento n.º 339/2017; Requerimento n.º 087/2017; Requerimento n.º 361 e Indicação n.º 068/2017; Requerimento n.º 397 e Indicação n.º 304/2017; Requerimento n.º 409 e Indicação n.º 064/2017; Indicação n.º 930/2017; Indicação n.º 927/2017; Indicação n.º 893/2017; Indicação n.º 896/2017; Indicação n.º 1026/2017; Indicação n.º 973/2017; Indicação n.º 907/2017; Indicação n.º 980/2017; Indicação n.º 979/2017; Indicação n.º 929/2017; Indicação n.º 991/2017; Indicação n.º 974/2017; Indicação n.º 1098/2017; Requerimento n.º 438/2017; Indicação n.º 1064/2017; Requerimento n.º 355/2017; Indicação n.º 1069/2017, desta Edilidade; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores interessados). Ofício n.º INT/OUV/17060044, datado de 03 de agosto de 2017, subscrito pelo Sr. Luciano Louzane, Superintendente da Concessionárias Rodovias do Interior Paulista – Intervias, respondendo ao Ofício 199/2017, desta Edilidade); (arquive-se, após dar ciência ao Vereador Alexandre Cintra). Não havendo mais proposições, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra, no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Fez uso da palavra o Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, solicitando aos pares, que declinassem do uso da palavra, haja vista a inscrição de duas tribunas livres, para a presente noite, o que foi submetido a votos, pelo Presidente da Câmara, e aprovado,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

unanimemente, pelo Plenário. Posto isto, o Sr. Presidente passou à parte dos trabalhos reservada à “**TRIBUNA LIVRE**”, e deu ciência à Casa da existência de dois oradores regularmente inscritos, conforme dispõem o Artigo 116, do Regimento Interno, e as Resoluções n.ºs. 135/89, 223/99 e 241/02. Desta forma, o Sr. Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, convidou para que adentrassem no Plenário, primeiramente, o *Senhor Márcio Honório da Silva, representando municípios, orador que falou sobre Moradia, Segurança e Saúde, em Martim Francisco*, e, posteriormente, o *Senhor Luciano Ferreira de Mello, Presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos de Mogi Mirim – SINSEP, que verbalizou sobre Esclarecimentos de Interesse Geral dos Funcionários Públicos*, cujos discursos foram gravados, em formato digital, à disposição, nos arquivos da Casa, por trinta dias. Para a “Tribuna Livre”, o Sr. Presidente da Câmara suspendeu a Sessão às 19h03, para reabri-la, posteriormente, às 20h32. Finda a Tribuna Livre, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h32, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução n.º 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da “**ORDEM DO DIA**”, submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei n.º 71, de 2017, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a qualificar as entidades, sem fins lucrativos, como Organizações Sociais Municipais, e dando outras providências”. **Mensagem Modificativa do autor. Emenda Aditiva do Vereador Gerson Luiz Rossi Junior.** Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde e Assistência Social e Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento. Para discutir sobre o projeto, fez



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. A vereadora afirmou que considerava a matéria, um dos mais importantes projetos já remetidos à Casa, na atual legislatura, e explicou, que a importância era tamanha, que o Vereador Tiago Costa e ela tinham ido até a cidade de São João da Boa Vista, para conversas, com os dirigentes estaduais da saúde; que eles tinham deixado, na Direção Regional de Saúde de São João da Boa Vista, cópia da proposta inicial, a qual tinha sido enviada à Casa, pelo senhor prefeito, e buscava qualificar entidades civis, sem fins lucrativos, como organizações sociais; que, após isto, o Prefeito havia mandado uma mensagem modificativa, tornando as pessoas jurídicas de direito privado, as quais comprovassem ter um conselho de administração, também organizações sociais; que, claramente, parecia-lhe proposta de a Santa Casa dirigir a UPA zona leste; que ela votaria, favoravelmente, à matéria, porque haviam “emendas boas”, tais como, por exemplo, a da obrigatoriedade de apresentação de balancetes periódicos, de três, em três meses, todavia, ratificou que a decisão dependia, exclusivamente, dos vereadores e registrou que a cogestão, a parceria entre a Santa Casa e o município, tinha sido iniciada no Governo de Romeu Bordignon; que a proposta, agora, era de organização social, ou seja, a Santa Casa traria funcionários e haveria uma fusão, com o servidor público; que as comissões tinham dirimido suas dúvidas, entrevistando os Secretários Financeiro e de Saúde e os dirigentes de São João da Boa Vista; que, se o aval fosse dado, pela Edilidade, a Câmara precisaria fiscalizar, posteriormente, pois se tratava de dinheiro do SUS; que dever-se-ia observar o acesso da população à nova UPA, algo que tinha sido também discutido, em audiência pública; que o gestor pleno continuaria sendo o prefeito, porque, se a ideia não desse certo e surgissem situações conflitantes, o prefeito seria o responsável; que a Santa Casa iria participar, então, desta qualificação proposta, haja vista que o prefeito trazia à baila a lei estadual, mais branda, e mostrava que era possível qualificar a Santa Casa, que não havia outro jeito, portanto, e que, a preocupação dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vereadores não se esgotava, relativa aos servidores, mas que ela votaria favorável e iria “torcer”, para que “tudo desse certo”, pois, segundo o prefeito, não havia outra alternativa. O próximo orador foi o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior, Presidente da Comissão de Justiça e Redação – CJR. O Vereador Gérson destacou que o projeto tinha sido trabalhoso à CJR e às demais comissões, haja vista tratar-se de algo muito novo e existiam ainda, maus exemplos de Organizações Sociais (OS) e de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), os quais repercutiam, na imprensa, todavia, era a tendência atual, criada em 1998, através de lei federal, a qual permitia aos municípios realizarem contratos de gestão, com as OSs, a fim de desenvolverem projetos, no município. Disse, que a ideia surgira, diante das dificuldades que o município tinha de contratações de pessoal, e citou a Lei de Licitações Públicas nº 8.666, que permitia a terceirização de serviços, bem como a lei das OSs, que permitia ao Poder Público utilizar-se deste instrumento, desde que de forma transparente, com prestação de contas do serviço, com a contrapartida do pagamento, sendo, então, um instrumento legal, válido para todos os municípios. Narrou que, num primeiro momento, a Comissão de Justiça e Redação entendera, inicialmente, que as entidades do município poderiam participar do projeto, enquanto OSs, mas estava contido, no projeto, questionários de perguntas e respostas, dirimindo tais dúvidas, especificamente, se a Santa Casa poderia ser classificada OSs, razão pela qual o Poder Executivo mandara a mensagem modificativa, tornando mais branda a qualificação das OSs, conforme lei estadual, no quesito da formação do conselho de administração, e que, apesar de tudo, ele fizera uma emenda, no sentido de uma prestação de contas, para a Câmara e para o Conselho Municipal de Saúde, órgãos fiscalizadores, os quais mereciam receber a documentação, os relatórios e metas, para fiscalizar se as regras estavam sendo cumpridas, ou não, bem como observar o gerenciamento dos funcionários. Por fim, disse que a emenda era ferramenta maior de controle social; que ele era



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

favorável ao projeto de regulamentação de qualificação e às regras pré-estabelecidas, por leis estaduais e federais, que existiam ótimos exemplos de OSs, tais como, os AMEs, da Secretaria Nacional de Saúde, e a Rede Lucy Montoro, e que, ele “iria torcer, por Mogi Mirim”, para que se cumprissem os acordos de cogestão, com eficiência e transparência, trazendo soluções, para a saúde pública do município. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Geraldo Vicente Bertanha, Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social – CESAS. Ele cumprimentou os membros de todas as outras comissões, os quais também, tinham se debruçado, em estudos, sobre o projeto, e afirmou que o projeto era muito importante, para o qual os vereadores dariam voto, tornando-se corresponsáveis da proposta. Disse, que tinha tido oportunidade de conversar com peritos, não integrantes do governo municipal, perguntando-lhes, se a matéria era viável, ou não, que todos os consultados tinham apontado o abandono da fiscalização, na Santa Casa, como gatilho para a situação atual, e que, todos tinham colocado, que a provação do projeto seria benéfica, para a cidade, desde que houvesse fiscalização, logo, o orador entendia que as Organizações Sociais seriam benéficas para o município e sublinhou, que os vereadores deveriam estar presentes, fiscalizando e cobrando as ações das OSs, haja vista que se tratava de dinheiro público. O próximo orador foi o Vereador Tiago Costa. Destacou que havia estudado o projeto e ratificou, que estivera com a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, na Direção Regional de Saúde – DRS, em São João da Boa Vista, para colher mais informações, que os técnicos da DRS tinham dado alguns alertas, caso o projeto viesse a ser aprovado, e que, os mesmos técnicos haviam dito, que a maior importância da aprovação do projeto de lei residia na fiscalização de sua aplicação, como já dito pelo Vereador Geraldo Vicente Bertanha, porque existiam “OSs ruins e OSs boas”, experiências ruins, ocorridas em alguns municípios, e experiências muito positivas, como, por exemplo, a OS de São João da Boa Vista, muito bem sucedida. Verbalizou, que cabia aos vereadores fiscalizar o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

cumprimento do contrato a ser firmado, justamente, objeto da emenda proposta pelo Vereador Gérson Rossi, no sentido da prestação de contas do município, para com a Casa de Leis; que isto era muito importante, para observação daquilo que estava sendo, ou não cumprido, no contrato; que a emenda completava o projeto; que tinha sido realizada audiência pública sobre a questão, com a presença de alguns Vereadores, mais os membros da DRS, onde tinha sido reforçada a importância do contrato e quem seria o contratado; que, nesta mesma reunião, a gestora da Santa Casa havia dito que o hospital estava se preparando, adequando o estatuto, para participar do chamamento público, a fim de gerir os serviços; que, a partir da aprovação e com intensa fiscalização, por parte dos vereadores, mais o empenho da Secretária de Saúde, ele acreditava que a proposta pudesse dar certo, que a administração estava um pouco “desesperada”, aguardando que o projeto fosse aprovado e aberta a nova UPA 24 horas, na zona leste, e que, ele faria a fiscalização necessária, para que o serviço fosse bem prestado à população mogimiriana. O próximo a discutir foi o Vereador Samuel Nogueira Cavalcante. Ele falou que, no início, tivera muitas dúvidas, em relação ao projeto; que, depois, procurara o prefeito, para esclarecimentos, também a Secretária de Saúde, Rose Silva, bem como conversara com assessores, dirimindo dúvidas e detalhes; que ele tinha lido e relido o projeto; que a saúde mogimiriana vivia momento muito delicado; que ele também tinha o entendimento, de que seria a Santa Casa a OS a assumir a UPA, que os vereadores deveriam cobrar e fiscalizar, e que, omitir-se e não permitir melhorias, na prefeitura, poderia ser grande irresponsabilidade, logo, fundamentado nos pareceres das comissões, ele votaria, favoravelmente, pois acreditava, que o Poder Executivo necessitava de uma oportunidade, para mostrar que estava reagindo à crise, com trabalho. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. Ele salientou que não se deveria “torcer”, para algo dar certo, como dissera a Vereadora Maria Helena, mas dever-se-ia ter a certeza da decisão, logo, como



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

era impossível obrigar o prefeito a fazer o certo e citou a lei da CIP, como exemplo, de lei, que era sempre apontada pelos vereadores, nunca, porém, corretamente, aplicada pelo Gestor Municipal. Falou, para encerrar, que “cachorro mordido por cobra tinha medo de linguíça”, que daria voto contrário ao projeto, pois além das dúvidas, conhecia também o prefeito Carlos Nelson Bueno e seu autoritarismo, e perguntou, como era possível aprovar um projeto, na base da “torcida”, “torcendo” para que desse certo. Também fez uso da palavra o Vereador Cristiano Gaioto que, desde logo, antecipou seu voto, favorável ao projeto. Citou, que tinha estudado a matéria a fundo, bem como os pareceres das comissões, disse que a palavra não era “torcer”, mas sim, “lutar” juntos, pois não havia alternativas à aprovação da proposta, haja vista que a prefeitura estava no limite prudencial da Folha de Pagamento e não seria possível qualquer contratação de pessoal, para atuação, na UPA, ou em possíveis creches, por exemplo, portanto, dava seu voto, com muita tranquilidade e consciência, certo daquilo que a cidade de Mogi Mirim precisava, e rogou a todos, que lutassem juntos, pensassem positivo, fiscalizassem e cobrassem, para que a nova UPA se tornasse uma referência, para a cidade. Também discutiu o projeto o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Ele relatou, que há seis anos, o ex-assessor Mauro Nunes e ele tinham visitado uma UPA, localizada em Campo Limpo Paulista, na Capital, cuja administração cabia ao Hospital Albert Einstein e onde havia um atendimento de excelência. Sobre esta visita, relatou que naquela UPA, dirigida por uma OS, o governo estava gastando menos, do que quando a unidade era administrada pelo Poder Público, tendo sido esta, uma “cartada de mestre” do Governador Geraldo Alckmin. Frisou, que não era contrário a transferir a administração da nova UPA 24 horas à Santa Casa, mesmo porque não sabia como a Santa Casa poderia sobreviver, depois do fechamento da UANA, ainda mais agora, depois que a Santa Casa tinha contraído um financiamento de mais de 13 milhões de reais. Exortou todos a um pensamento positivo, pediu que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

acreditassem que a ideia iria dar certo, lembrou que a maior concentração da população carente estava na zona leste e pontuou, que a obrigação dos vereadores era fiscalizar. Concluindo, sublinhou que, se o Poder Legislativo tivesse fiscalizado, profundamente, e atuado, desde à época do então Ronaldo, ex-administrador da Santa Casa, a Santa Casa não estaria na situação, a qual se via, atualmente, logo, ele apostava nessa “nova ideia” de administração. O próximo orador foi o Vereador André Albejante Mazon. Ele aclarou, que a matéria era uma das mais importantes já votadas no ano, sendo chance tremenda de agilidade na máquina pública; que ele votaria, favoravelmente, à matéria, pois já defendia o conceito há tempos, haja vista que a grande vantagem da OS era trazer agilidade à administração pública, a qual, na maioria das vezes, era muito burocrática; que não havia setor mais ideal do que a saúde, para levar agilidade, pois uma demora de dois dias, por exemplo, poderia ceifar uma vida; que ele fora visitar a Santa Casa de Casa Branca, administrada por uma OS, onde ele constara a oportunidade de melhorias, que ele sabia havia a possibilidade do empreendido falhar, mas registrava, que as chances da ideia dar certo eram muito maiores, razão pela qual ele daria voto favorável à proposta, e que, ele iria “torcer, sim”, no caso, por um “time bom”, haja vista que a oportunidade de melhora, era maior do que a de piora, na situação; (posto a votos sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, por quatorze (14) votos favoráveis a dois (02) votos contrários, o Projeto de Lei nº 71/2017, do Prefeito de Mogi Mirim, e emendas); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **“ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno:** 2. Projeto de Resolução nº 04, de 2017, de autoria da Mesa da Câmara, “autorizando antecipar a devolução, no exercício de 2017, de parte do saldo de banco e caixa remanescente de duodécimos, ao Poder Executivo, e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. A vereadora lembrou haver verbalizado, em sessão



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

anterior, que não daria voto favorável, para autorizar a devolução do duodécimo ao Poder Executivo, antes do final do ano, mas refez sua colocação e frisou, que votaria, favoravelmente, ao projeto, explicando, enfim, que sua preocupação era, exclusivamente, o início da reforma do prédio da Câmara. Para concluir, comunicou que o saldo atual, em caixa, da Câmara, era de 2 milhões e poucos mil reais, logo, destacou que existia dinheiro, para a execução da reforma; (submetido a votos sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, unanimemente, o Projeto de Resolução nº 04/2017, da Mesa da Câmara Municipal); (ao Presidente para promulgar, conforme artigo 18, I, “i”; IV, “g”, do Regimento Interno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como os primeiros inscritos, Vereadores Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino e Marcos Antônio Franco, desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. A vereadora iniciou, registrando que o Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, e ela, oradora, tinham feito reivindicação, junto à Concessionária Renovias, tendo esta sido autorizada, pela direção da concessionária. Desta forma, a vereadora comunicou, que tinham sido cedidos ao município, doze caminhões, contendo fresado, para ser utilizado, no Bairro Picadão. Depois, sobre outro assunto, relatou ter sido procurada, enquanto Presidente da Comissão de Finanças, pelo Prefeito, que lhe entregara uma peça, que não estava contida, no processo das contas, exercício de 2012, do Poder Executivo, gestão Carlos Nelson Bueno, haja vista ter sido o prefeito notificado, pela Casa, no interesse de se defender, tendo o gestor apresentado, portanto, sua defesa, que ela entregara cópia da justificativa aos dois outros membros da Comissão de Finanças e Orçamento, estando a peça à disposição dos demais edis, e que, ela solicitava aos vereadores, que examinassem os papéis, recentemente,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

recebidos. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Moacir Genuario, que, desde logo, parabenizou seu companheiro de partido, Vereador Tiago Costa, pela viagem feita a Brasília e pelas notícias trazidas, na sua volta. Explicou que, na primeira visita da bancada ao Governo Federal e a alguns deputados federais, as portas tinham sido abertas aos vereadores de Mogi Mirim; que, na viagem do Vereador Tiago, as aspirações tinham se concretizado, principalmente, no tocante ao Ministério dos Esportes, onde havia sido protocolado pedido dos vereadores, para melhorias no NIAS, tais como, a revitalização do gramado, da iluminação, a reforma do alambrado, a reforma de vestiários, sanitários e portarias, num investimento estimado, em 2 milhões e 700 mil reais; que os documentos tinham sido entregues, então, no Ministério dos Esportes e havia grande expectativa; que o Deputado Baleia Rossi, PMDB, acompanharia todo o trâmite desse pedido; que ele, orador, tinha certeza que a verba chegaria, para Mogi Mirim, o mais rápido possível, objetivando tornar o NIAS um verdadeiro centro esportivo, na zona leste, espaço tão necessitado; que uma vez reativado o NIAS, poder-se-ia tirar crianças das ruas, pois haveria espaço de lazer, espaço voltado à educação e formação das crianças, que eles, vereadores, estavam aguardando as verbas, a fim de verem melhorado o núcleo, que tinha piorado, no governo de Gustavo Stupp, e que, com os novos projetos e com os novos pedidos, que tinham sido feitos, em Brasília, ele tinha certeza, a cidade iria alavancar e colher frutos do trabalho de todos os vereadores de Mogi Mirim, porque todos se empenhavam. Como os próximos inscritos, Vereadores Orivaldo Aparecido Magalhães e Samuel Nogueira Cavalcante, desistissem a palavra, ocupou lugar, na tribuna, a Vereadora Sônia Regina Rodrigues. A edil deixou convite a todos, para participação na audiência pública, visando discussões a respeito do Município Intenções Turísticas – MIT, a classificação de Mogi Mirim, como MIT, e sobre a possibilidade de angariar verbas específicas, para melhoria de praças e parques municipais, agenda para quinta-feira, no plenário da Câmara. O próximo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

orador foi o Vereador Tiago César Costa. Ele iniciou, informando, que não conseguia fazer a política do “quanto pior, melhor”, ou seja, que ele não conseguia “torcer”, para que algo desse errado, a fim de ter motivos para “meter o pau”, em tribuna, e que, se preciso fosse ele tirar foto, ao lado do Presidente da República, como ele tinha feito, para lembrar ao Chefe da Nação, que Mogi Mirim existia, ele assim faria, como tinha feito, sem maiores problemas. Referia-se a isto, em virtude de críticas, que ele recebera, na rede social, por ter posado, em foto, ao lado do Presidente Michel Temer. Falou, que “o presidente era o presidente” e ele era o vereador Tiago Costa; que o Presidente tinha se lembrado de Mogi Mirim, porque ele, orador, tinha feito questão de recordar ao Presidente, que ele possuía um Título de Cidadão Mogimiriano, logo, se a cidade estava passando por dificuldades, era dever do Chefe da Nação apoiá-la e a ajudar, enviando recursos; que gostassem, ou não, Michel Temer era o Presidente da República do Brasil, e ele, como vereador do mesmo partido do Presidente da República, não poderia deixar passar a oportunidade ímpar de pedir, em nome de Mogi Mirim, haja vista que ele, orador, pensava no povo de Mogi Mirim, comunidade que já havia sofrido bastante, e ele não faria a política do “quanto pior, melhor”, “cruzando os braços” e deixando a “coisa desandar”, como se o assunto não lhe dissesse respeito; que ele tinha sido eleito, para fazer diferença, dentro da Casa de Leis, e usou, como exemplo a votação da OS, estabelecendo que, se o projeto não fosse aprovado, a UPA não conseguiria abrir suas portas, e pediu aos pares, que imaginassem a responsabilidade de verem a UPA não iniciando seus trabalhos, porque vereadores tinham votado contra uma OS, registrando, igualmente, que tinha sido esta, a visão dos vereadores Cinoê Duzo e Luís Roberto Tavares, os quais tinham dado voto contrário, ao projeto; que a UPA iria iniciar os trabalhos, com uma OS, em virtude da responsabilidade de quatorze vereadores, haja vista que o presidente não votava, e registrou, que os vereadores iriam fiscalizar, para que a população de Mogi Mirim tivesse um



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

atendimento de qualidade; que ele desejava fazer o melhor para a cidade e mencionou o projeto do NIAS, inteiramente orçado e elaborado pelo Prefeito Carlos Nelson e sua equipe de trabalho, que ele levava até Brasília e perguntou, se não deveria tê-lo feito, só porque o projeto era de iniciativa de Carlos Nelson Bueno, seu antagonista político, respondendo ele mesmo, que sim, obviamente, levaria o pedido do prefeito Carlos Nelson até o Governo Federal, explicando, igualmente, que o faria, por Mogi Mirim, para acabar com “a politicagem barata, do quanto pior, melhor”, pois ele não tinha sido eleito para fazer este tipo de política, mas para fazer uma política limpa, para andar de cabeça erguida; que ver o NIAS zona leste e a UPA zona leste abertos e a população sendo bem atendida seria sua satisfação; que ele pretendia deixar um legado, na Casa de Leis, e citou que, quatro vezes de 4 milhões e 900 mil reais, quase vinte milhões de reais, poderiam ser liberados, de Brasília, para recapeamento e investimentos, em mobilidade urbana, dependendo, exclusivamente, do cadastro do setor competente de captação de recursos, pois, se um município não tivesse uma equipe qualificada, para fazer a captação de recursos, as propostas recebidas dos vereadores poderiam se perder, no trâmite burocrático, sendo mister uma equipe qualificada; que ele tinha feito incursões também, no Ministério do Turismo, visando verbas de segurança pública, com vícios voltado ao turismo, assunto objeto da audiência pública de iniciativa da Vereadora Sônia, e ainda, tinha ido ao Ministério da Justiça, para tentar ajudar a GCM, que ele estava, para somar forças, com os demais vereadores, porque “uma andorinha só não fazia o verão”, e que, se todos trabalhassem juntos, por Mogi Mirim, seria possível fazer melhor. Na sequência, fez uso da palavra, o Vereador Alexandre Cintra, que teceu agradecimentos, primeiramente, ao Vereador Geraldo Bertanha, que o tinha recebido, em seu programa de rádio, abrindo espaço, para divulgação de audiência pública de sua iniciativa, sobre sinistros de grande porte e sobre a necessidade de uma comissão de mitigação de riscos; e, em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

segundo, aos membros da Brigada de Incêndio, Guarda Civil Municipal, membros do SAMU, brigadistas da concessionária Renovias, entre outros representantes da segurança, no trabalho, de grandes empresas da cidade, e, por fim, agradeceu aos vereadores, os quais tinham prestigiado sua audiência, Sônia Regina Rodrigues, Marcos Antônio Franco, Cinoê Duzo e Jorge Setoguchi, bem como aos assessores. O vereador fez um agradecimento especial aos palestrantes, Guiliana Oliveira e Carlos Sato, que tinham elucidado os riscos, os quais todos estavam expostos, e disse que os presentes tinham constatado a gravidade e a relevância do tema, que todos os vereadores deveriam fazer aliança, objetivando um projeto de lei, que atendesse às necessidades preliminares do município, tais como, por exemplo, o sugerido, na audiência, de que os novos empreendimentos imobiliários tivessem, por obrigação, a instalação de hidrantes, bem como, a ideia de tornar a fiscalização mais abrangente e intensa. Para encerrar, disse que tinha notado a ausência dos secretários e representantes das áreas da saúde e do comércio e indústria, mas esperava que todos procurassem se inteirar do tema, e rogou que alguns pudessem participar de um futuro Conselho de Mitigação, pois o município estava sofrendo e muito, com as queimadas, e, para encerrar, denunciou, justamente, uma queimada, que no dia anterior, quase tinha destruído o Posto da Polícia Rodoviária Federal, na Rodovia SP-340. O próximo orador foi o Vereador André Albejante Mazon. O vereador destacou que, em 2015, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo tinha remetido ao STF uma ação, propondo eliminar o Artigo 28, da lei antidrogas, ou seja, na prática, a legalização da maconha e da cocaína; que a ação já detinha três votos favoráveis à legalização; que tudo isso estava acontecendo às escuras, sem que ninguém discutisse a questão; que ele tinha estado com o Deputado Campos Machado, que lhe chamara a atenção ao assunto; que os três votos favoráveis eram dos Ministros Edson Faccin, Gilmar Mendes e Luiz Roberto Barroso; que a legalização da maconha poderia esvaziar prisões, mas tornaria repletos hospitais e cemitérios e causaria problemas à família



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

brasileira; que legalizar a cocaína era um atentado à família; que o deputado Campos Machado tinha formado uma frente apolítica e apartidária contra tal iniciativa, a Frente Nacional Antidrogas, contrária à legalização da maconha e da cocaína; que mais de onze bispos católicos tinham assinado, com a Frente, e mais outros tantos evangélicos, inclusive, Pastor Waldomiro; que era uma luta, que as igrejas estavam encampando; que o Papa também tinha se posicionado contra o grande perigo, que seria a legalização das drogas; que, até agora, não havia posição contrária, no STF; que ele vinha, na tribuna, para chamar a atenção dos pares sobre o caso, que ele iria propor uma moção de apoio à Frente, esperando contar com o apoio de todos os colegas, para sua aprovação, e que, mais de duzentas Câmaras do Estado já tinham proposto moção semelhante. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. O vereador se reportou à sua falecida mãe, que lhe ensinara a plantar árvores frutíferas, para além de cuidar do meio ambiente, também atrair os pássaros, preservando a natureza, e salientou que plantar árvores era algo fácil, mas difícil era cuidar daquilo que se tinha plantado, sua manutenção; que as escolas ensinavam, pedagogicamente, que se deveria plantar árvores, adotando-as, como animaizinhos de estimação; que a estação era o inverno, mas o verão estava para chegar e já era possível sentir o problema das queimadas e a reclamação sobre o calor intenso; que ele iria continuar plantando árvores e ensinando aos alunos, pedagogicamente, que plantassem árvores também, bem como a importância das árvores e seus frutos; que a Igreja Católica, na Campanha da Fraternidade 2017, tinha pregado o bioma “criador e criatura”; que o Complexo Lavapés era o cartão postal de Mogi Mirim, mas estava abandonado, havia o Horto, preservado, mas fechado ao público, e existia a Voçoroca e perguntou, como ele poderia explicar ao aluno a importância de uma simples árvore, se o excelentíssimo e digníssimo presidente Michel Temer, numa “canetada”, tinha assinado um decreto, estabelecendo a doação da Amazônia, que ele iria continuar, fazendo sua parte, que era a de plantar, sem desanimar, e que,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

não lhe cabia rebater insultos, mas, quando se estava nervoso, bom era subir numa árvore e colher um fruto, saboreá-lo, com prazer. O próximo orador foi o Vereador Cristiano Gaioto. O vereador orador parabenizou o PMDB, na pessoa do Vereador Tiago Costa, pela viagem à Brasília, na busca de recursos para Mogi Mirim, bem como o Vereador Marcos Antônio Franco, pelo trabalho social, que realizava. Relatou, que há cerca de um mês, tinha participado de reunião, com o Prefeito Municipal e com o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim, Sidney Coser, também presentes os Vereadores Marcos e Sônia, ocasião, em que tinha sido pleiteada parceria entre a ACIMM e a municipalidade, para revitalização do Complexo Lavapés, informando, enfim, que um projeto urbanístico/arquitetônico estava em andamento, tendo sido providenciado pelo Presidente da ACIMM; que o prefeito havia sugerido fosse revitalizado também, o Zoológico; que, na semana em curso, conversas tinham se iniciado, para que empresas fossem parceiras, objetivando a reabertura do Zoológico, algo requisitado, por muitos vereadores; que o Zoológico era um bem precioso, para Mogi Mirim, “área de lazer de riqueza”, valendo todos os esforços, para a busca de parcerias e ajuda, que também os vereadores estavam batalhando, para que a reabertura do espaço desse certo, estando as conversas bem adiantadas, e que, oxalá até dia 22 de outubro, dia do Aniversário da Cidade, o Zoológico pudesse estar com as portas abertas, levando lazer a toda a cidade. Falou também, que atendendo ao pedido do prefeito, para busca de verbas parlamentares, tinha feito contato com os gabinetes dos deputados Aldo Demarchi, Alexandre Leite e Milton Leite Filho, os quais estavam dispostos para ajudar a cidade; que, assim sendo, ele tinha sugerido uma das verbas fosse destinada para a Praça Rui Barbosa e para Praça São José, num projeto, em parceria com a ACIMM, por ele, orador, intermediado, informando, igualmente, que o projeto de revitalização das praças centrais e seu custo estava quase concluído e ele, orador, se propunha a trabalhar neste sentido, na certeza, de que tudo daria certo. Encerrando sua



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

participação, frisou que era sabedor de que outros vereadores lutavam pela revitalização da praça central, tais como, Maria Helena e Geraldo Bertanha, porque a praça era um “cartão postal de Mogi Mirim”. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. O vereador também versou sobre a busca de recursos, algo muito importante, e disse que, de fato, todos estavam empenhados; que cada deputado tinha sua bandeira; que, como ele fazia parte da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, procurava buscar verbas, ou algo interessante, dentro dessa área, e comunicou que o Ministério da Educação estava iniciando, a partir de 1º de setembro, do corrente, o Plano de Ações Articuladas – PAAR, solicitando, então, aos vereadores, que fizessem a inscrição daquilo que as prefeituras estavam precisando, as demandas, no SICOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil; que ele percebia os vários vereadores, os quais buscavam o Executivo, para saberem o que pedir, ou aquilo, que a cidade necessitava, como tinha sido o caso da bancada do PMDB, que buscara verbas, em prol do NIAS; que ele também fora em busca de verbas, pois acreditava Mogi Mirim precisasse de mais creches e escolas; que o prefeito havia pedido pelo transporte, veículos novos, porque traziam economia recorrente, que o Plano de Ações Articuladas – PAAR seria excelente oportunidade de buscar dinheiro, e que, os vereadores deveriam se utilizar da captação da prefeitura, a seu ver, o modo mais certo. Sobre outro assunto, registrou que, no último final de semana, haviam sido feitos anúncios, através da mídia, de melhorias para a cidade, tais como, 20 milhões de reais, oriundos do Programa Investe São Paulo, dos quais, 8 milhões seriam destinados para o Parque das Laranjeiras, haja vista que o prefeito havia dito à imprensa, que iria asfaltar o Parque das Laranjeiras, “por inteiro”; que existiam outros investimentos, cujas tratativas tinham se iniciado, na gestão passada, os quais viriam para a cidade, a saber, uma Loja Havan e uma Loja Atacadão, bem como, um cinema, numa estimativa de geração de mil empregos diretos, sem contar a construção civil; que também



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tinha sido anunciada, pelo SAAE, a construção da terceira adutora de água, vinda do Rio Mogi Guaçu, para o Morro Vermelho, que eram “obras boas” e outras “coisas boas” estavam acontecendo, as quais deveriam ser anunciadas, e, para concluir, dirigindo-se ao Vereador Alexandre Cintra e aos demais, afirmou que seu programa de rádio estava aberto a todos os políticos, desde que a mensagem fosse de interesse da população, como eram as audiências públicas. Também fez uso da palavra o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior. De início, dirigindo-se ao Vereador Alexandre Cintra, também frisou a ausência dos secretários municipais, nas audiências públicas, realizadas pelos vereadores, tanto na de iniciativa do vereador Alexandre, tanto quanto na de sua própria iniciativa, para que fossem melhor debatidos os assuntos de relevância, e lamentou. Prosseguindo, relatou que o gerente local do Ministério do Trabalho tinha lhe telefonado, preocupado sobre o possível fechamento da agência do Ministério do Trabalho, em Mogi Mirim, em virtude de reestruturação, agência a qual atendia cinco municípios, da região, que, por esta razão, a Superintendência, sede, em São Paulo, tinha solicitado uma manifestação, por parte dos prefeitos, e que, prontamente, o Gabinete do Prefeito fizera a manifestação desejada, e ele, orador, agradecia, então, a agilidade e o pronto atendimento, por parte do Chefe do Executivo e de seu secretariado, explicando, igualmente, que uma moção, nesse sentido, tinha sido aprovada, pela Casa, visando reforçar a manifestação. Endossou ainda, a aprovação o Requerimento nº 554/2017, através do qual requereu informações, por parte do Poder Executivo, acerca dos lotes comerciais e industriais pertencentes a municipalidade, os quais haviam tido suas alienações autorizadas pelas Leis Municipais nºs 5.003/2010, 4.345/2007, 5.220/2012, 5.038/2012, 5.315/2012, 5.616/2014, 5.617/2014 e 5.671/2015. Disse da importância do comércio e da indústria, das áreas públicas, que já detinham autorização legislativa, para venda, e pediu, pela vinda de novas empresas e novos comércios, para Mogi Mirim, rogando que o município agilizasse à realização de leilões. Por fim, pediu aos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vereadores, que se empenhassem, para que, na semana vindoura, juntos, apresentassem moção de apoio às reivindicações do funcionalismo. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Jorge Setoguchi. O vereador agradeceu a aprovação de requerimento de sua autoria, que solicitava melhorias para a Praça Tiradentes, na Santa Cruz, pois eram inúmeras as reclamações dos munícipes. Comentou ainda, as várias indicações, que tinha apresentado, indicando a Operação Tapa Buracos, citando, principalmente, o pavimento asfáltico da Praça Lucinda Barros Brandão, no Bairro Inocoop, bem como sublinhou suas indicações, para a Estrada Rural do Limão e para a Estrada Rural do Gabrielzinho, as quais estavam intransponíveis. Para encerrar, parabenizou o Vereador Alexandre Cintra, pela brilhante audiência pública sobre sinistros de grande porte. Novamente, na direção dos trabalhos, o Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, facultou o uso da palavra ao Vereador Luís Roberto Tavares. Ele falou sobre o plantio de árvores, sobre a importância das sombras, que as árvores propiciavam, sugeriu aos pares, que plantassem árvores, em frente de suas residências, para que propiciassem também sombra, e frisou, que o plantio de árvores era “coisa séria”. Registrou, que o Presidente Trump, dos EUA, “não estava nem aí, para o plantio de árvores”, que Michel Temer também, que ele não via, na Assembleia, ou no Governo do Estado de São Paulo, discussões acerca do meio ambiente, ou algo, que fosse ligado ao plantio de árvores e à recuperação de nascentes. Destacou, que eram poucas as cidades, que faziam uso de alguma lei do meio ambiente paulista, citando a cidade de Holambra, como um desses poucos municípios, que executavam um trabalho de recuperação de nascentes. Lembrou, que haveria plantio de árvores, no dia 16 de setembro, às 11 horas, com a colaboração da ONG Brasil Eco, a qual estava articulando, no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Estado inteiro, os seiscentos e quarenta e cinco municípios plantassem árvores, todos, nesse mesmo dia, na mesma hora, num trabalho coletivo, que ele era o coordenador do grupo, na região, contando com dez cidades, e convidou a todos. Explicou ainda, sobre os trabalhos da Comissão de Acompanhamento de Regularização de Loteamentos Clandestinos, sublinhando, que havia boa vontade, por parte da administração, em resolver a situação do Parque das Laranjeiras, haja vista as visitas constantes da Secretária Paula Zeferino, na área de preservação ambiental – APP, onde residiam, clandestinamente, moradores, que, com a notícia dos oito milhões de reais, os moradores renovavam a esperança de terem seus lotes regularizados e suas escrituras na mão, e que, a comissão pensava em convocar a secretária Paula, para detalhamento de ações. Para encerrar, falou sobre resposta, que recebera do Executivo, sobre ampliação da feira, no espaço Cidadão; que, atualmente, a feira contava com cinquenta boxes; que existiam trezentas pessoas, na fila de espera; que o problema elétrico existente, no local, seria resolvido; que ele estivera conversando, com Fábio Mota, Secretário da pasta, que o secretário informara, que faria a iluminação aérea, para encerrar o problema, e que, ele, orador, sugeria a todos fosse elaborado projeto de lei, para parceria entre a Prefeitura e a iniciativa privada, objetivando revitalização do local e lazer, no Espaço Cidadão. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar, em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente, Vereador Jorge Setoguchi, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h23 do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM